



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140801 - GO (2021/0001731-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : KENIA INACIA DOS SANTOS MARTINS (PRESO)
RECORRENTE : SYNARA REGINA AQUINO COELHO MARTINS
ADVOGADOS : RODRIGO LUSTOSA VICTOR - GO021059
JORDANA SANTOS MARTINS - GO049183
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
CORRÉU : LUIS CESAR MARTINS DE SOUZA
CORRÉU : LUIS EDUARDO MARTINS DE SOUZA
CORRÉU : LINDEMBERG HUDSON DE SOUZA
CORRÉU : ULEMBERG NUNES DE LIMA
CORRÉU : LEDYS AQUINO COELHO
CORRÉU : EROILSON ALVES DA SILVA
CORRÉU : LARA DIVINA MENDES GAUDIE LEY
CORRÉU : RICARDO JOSE ROSSETTO
CORRÉU : ANALIZA LOPES NASCIMENTO ROSSETTO
CORRÉU : CARLOS HENRIQUE ALVES DE SOUZA
CORRÉU : CASCINHO NUNES DOS SANTOS
CORRÉU : WANDERSON ARANTES SALGADO
CORRÉU : GLEIDISON BRAZ DE ALMEIDA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por KENIA INACIA DOS SANTOS MARTINS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (N. 5502739-74.2020.8.09.0000) assim ementada (fl. 164):

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. LAVAGEM DE DINHEIRO. RECEPÇÃO QUALIFICADA. ESTELIONATO. ADULTERAÇÃO DE SINAIS IDENTIFICADORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CRIME DE AUTORIA COLETIVA. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. PRESCINDIBILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

Se a denúncia descreveu satisfatoriamente, para o momento de mera inauguração da persecução criminal, a exposição dos fatos tidos como delituosos, a qualificação dos acusados, a classificação dos tipos penais

imputados e a individualização das condutas, não se há de cogitar na inépcia daquela peça acusatória, sendo certo que nos crimes de autoria conjunta ou coletiva, não se faz indispensável individualizar a participação específica de cada agente, admitindo-se uma descrição mais genérica dos fatos, desde que se demonstre o liame entre o agir do agente e a prática delitiva, eis que as condutas atribuídas a cada um hão de ser apuradas no curso da ação penal.

O trancamento prematuro da ação penal por meio do Habeas Corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

A existência de indícios mínimos de autoria das condutas atribuídas às pacientes, expõe justa causa para a persecução penal, inviabilizando o seu trancamento por habeas corpus, porquanto a via estreita do writ não autoriza adentrar intensamente no mérito da causa, reservando a apreciada para as vias ordinárias da ação penal.

ORDEM DENEGADA.

A recorrente insiste na inépcia da denúncia, argumentando que não estão descritos, de modo suficiente, os possíveis fatos ilícitos que lhe são atribuídos. Tece argumentos nesse sentido sobre cada crime tipificado na peça acusatória (organização criminosa, receptação, adulteração de sinal identificador e fraude contra seguros).

Requer, liminarmente, a suspensão do processo penal. No mérito, requer o provimento do recurso para trancar a ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto encontra-se o acórdão atacado, em princípio, em harmonia com a jurisprudência desta Corte, quando concluiu pelo afastamento da inépcia da denúncia.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente